

AGENDA DE OBRIGAÇÕES JANEIRO/2017

AGP – Assessoria em Gestão Pública/AMVAP

www.amvapmg.org.br

Contribuição Previdenciária para RPPS:

Recolhimento referente à competência de **dezembro/2017**.

(Ver data na legislação própria)

Sistema de Informação e Monitoramento do SUAS – SIM

Municípios co-financiados pelo Estado de Minas Gerais, para custeio de Serviços de Proteção Social Básica e ou Especial, devem preencher os questionários no SIM. Acesse: www.simsuasmg.mg.gov.br/sim - **Prazo:** mensalmente, do dia 1º ao dia 20 de cada mês.

Publicação – uma vez durante o ano – Valores dos cargos e subsídios

Publicar uma vez durante o ano, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos da administração direta e indireta.

CF – arts. 34, § 3º e
39, § 6º
Lei n. 8.429/1992 –
art. 13

Recebimento de Recursos Federais

Notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, informando sobre o recebimento de recursos a qualquer título do Governo Federal. Prazo de 2 dias úteis, contados da data de recebimento dos recursos.

Art. 2º,
Lei Federal nº
9.452/1997

Cadastramento de obras paralisadas

Cadastramento de obras paralisadas no município através da Internet, no endereço: <http://www.tce.mg.gov.br/obrasparalisadas> (se houver).

Site do TCE/MG:
www.tce.mg.gov.br

Concurso Público

Enviar ao TCE-MG, 60 dias antes da data de início das inscrições, o edital do concurso já publicado na imprensa, a legislação atinente e o demonstrativo do quantitativo das vagas (Anexo VII). Envio por meio eletrônico: FISCAD.

Art. 5º, IN TCEMG nº
5/2007, alterada pela
IN TCEMG nº 4/2008
e pela IN TCEMG nº
8/2009



<p><u>Ratificações de Dispensas e Inexigibilidades</u> Publicar na "home page" de Contas Públicas até o 30º dia de sua ocorrência.</p>	<p>Art. 1º, V e § 5º Lei Federal nº 9.755/1998</p>
<p><u>Prestação de Contas de Convênios</u> Prestação de Contas de recursos recebidos por convênio, observando prazo estabelecido no convênio.</p>	
<p><u>Reunião com os conselhos municipais para acompanhamento dos recursos transferidos ao Município</u> Realizar reunião com os conselhos municipais para aprovar o planejamento e a execução dos recursos.</p>	
<p><u>Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro</u> Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para a geração de despesas ou assunção de obrigações, se for o caso.</p>	<p>Arts. 16 e 17 LRF</p>
<p><u>Até 60 dias após o encerramento de cada mês -</u> Manutenção dos dados do Município na página da internet Home page Contas Públicas, informando os dados contábeis, compras e contratos mensalmente. Lei nº 9755/1998 e IN TCU nº 28/1999.</p>	
<p>**** <u>SICONFI – 2017 – PORTARIA 743, DE 15 DE JANEIRO O DE 2015 da STN.</u></p> <p>Observar os prazos de envio de dados para preenchimento do SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – da Secretaria do Tesouro Nacional.</p>	



AMVAP

IN n. 3/2015, de 25/11/2015

Esta Instrução Normativa disciplina a remessa ao Tribunal das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais dos municípios mineiros, referentes ao exercício financeiro de 2015 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – Sicom.

- Art. 2º As disposições desta Instrução aplicam-se:

I – aos Poderes Executivo e Legislativo;

II – às autarquias e às fundações;

III – aos regimes próprios de previdência social - RPPS;

IV – às empresas estatais dependentes, tal como definidas no inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000; e

V – aos consórcios públicos dotados de personalidade jurídica de direito público ou privado, cuja gestão seja realizada por município do Estado de Minas Gerais.

- Art. 6º As informações mensais referentes à execução orçamentária, financeira e operacional serão enviadas ao Tribunal na forma dos leiautes disponibilizados no Portal do Sicom, **até o último dia do mês subsequente ao mês de referência (ATÉ 31/01/2017 REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017)**, pelo:

I – Prefeito Municipal;

II – Presidente da Câmara Municipal;

III – gestor de autarquia, fundação pública e empresa estatal dependente;

IV – gestor de RPPS; e

V – gestor de consórcio público gerido por município do Estado de Minas Gerais.

§ 1º As informações encaminhadas pelo Prefeito Municipal serão acompanhadas do inteiro teor das leis que autorizarem a abertura de créditos adicionais, a transposição, a transferência ou o remanejamento de recursos, e dos respectivos decretos de abertura, editados no mês de referência.

- Art. 7º As informações referentes aos balancetes contábeis serão enviadas ao Tribunal na forma dos leiautes disponibilizados no Portal do Sicom, pelo:

I – Prefeito Municipal;

II – Presidente da Câmara Municipal;

III – gestor de autarquia, fundação pública e empresa estatal dependente;

IV – gestor de RPPS; e

V – gestor de consórcio público gerido por município do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração direta e indireta dos municípios adotarão, para remessa dos balancetes contábeis, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP/TCEMG, disponibilizado no Portal do Sicom.

- Art. 8º Os balancetes contábeis mensais serão enviados até o último dia do mês subsequente ao mês de referência **(ATÉ 31/01/2017 REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017)**. Parágrafo único. A omissão no envio dos balancetes contábeis mensais impossibilitará as remessas referentes aos períodos subsequentes, enquanto perdurar a inadimplência.



N. 3/2015, de 25/11/2015 (continuação)

- Art. 13. O reenvio de informações do módulo Acompanhamento Mensal, mediante solicitação do gestor, poderá ocorrer:

I – no período compreendido entre os dias 8 e 17 do mês seguinte ao da remessa; ou

II – bimestralmente, no período compreendido entre os dias 21 e 28 do segundo mês posterior ao bimestre correspondente, nos termos do § 1º do art. 15 desta Instrução.

- Art. 15. O Tribunal disponibilizará, no Portal do Sicom, após o encerramento do **bimestre**:

I – relatório consolidado das informações do município;

II – relatório das informações remetidas no bimestre pelo Poder Executivo; e

III – relatório das informações remetidas no bimestre pelo Poder Legislativo.

Prazo para protocolar impugnação de VAF:

- 30 dias a contar da data de publicação dos índices provisórios do VAF, feita por meio de Resolução do Secretário da SEF/MG;

- 15 (quinze) dias contados da data da publicação no órgão da Imprensa Oficial do Estado, do comunicado informando de que os índices provisórios relativos aos Recursos Hídricos, estão disponibilizados na respectiva página da internet.

Destinatário:

- Divisão de Assuntos Municipais/Diretoria de Cadastros, Arrecadação e Cobrança/Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais/ Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – DAM/DICAC/SAIF/SEF-MG.

Prestação de Contas para o FNDE

Conselho Deliberativo do FNDE instituiu a **Resolução nº 2, de 18/01/2012**, que prevê a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).

Observar os prazos constantes do GEO OBRAS do TCE MG - INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 06/2013

Dispõe sobre a remessa ao Tribunal de Contas, por meio do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia Geo-obras/TCEMG, de informações, documentos e imagens relativos a licitação, a contrato e a execução de obras e serviços de engenharia realizados por órgãos e entidades submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



Remessa mensal de folha de pagamento dos servidores do município para o TCE MG para compor o Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG –, criado pela Resolução nº 10, de 09/12/2015.

IN 04/, de 9 de janeiro de 2015. TCE MG.

Art. 2º As informações de que trata o art. 1º serão encaminhadas mensalmente, de acordo com leiaute disponibilizado no portal do Tribunal, até **o último dia do mês subsequente ao mês a que se referirem**, observado o disposto no art. 13.

Art. 13. O envio das informações relativas à folha de pagamento de pessoal encontra-se submetido às seguintes regras: I – as informações referentes aos exercícios de 2013 a **fevereiro** de 2016 serão encaminhadas até 31/05/2016; II – as informações referentes ao mês de **março** de 2016 e subsequentes serão encaminhadas no prazo estabelecido no art. 2º desta Instrução Normativa.

Análise de empresas para opção pelo Simples Nacional. Receita Federal Resolução do CGSN n. 94/2011.

******NOVO *****LIBERAR AO PLENO CONHECIMENTO E ACOMPANHAMENTO DA SOCIEDADE, EM TEMPO REAL, INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (RECEITAS E DESPESAS), EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO . LEI COMPLEMENTAR N. 131/2009. **** NOVO *******

*****NOVO*** FIQUEM ATENTOS AOS PRAZOS DO e-SUS AB SISAB. a ser publicado no site <http://dab.saude.gov.br/portaldab/index.php>**

Os prazos para envio das informações captadas pelo e-SUS AB e enviadas para o SISAB encerram sempre no dia 20 do mês subsequente à produção de dados referente ao mês anterior. Portaria nº 76, de 22 de janeiro de 2016 Secretaria de Atenção à Saúde.

Prazo de Entrega do SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE (SIOPS)

Exercício 2017

- 1º bimestre 2017 – até 30 de março de 2017
- 2º bimestre 2017 – até 30 de maio de 2017
- 3º bimestre 2017 – até 29 de julho de 2017
- 4º bimestre 2017 – até 30 de setembro de 2017
- 5º bimestre 2017 – até 30 de novembro de 2017
- 6º bimestre 2017 (fim do exercício 2017) – até 30 de janeiro de 2018

Fiquem atentos ao prazo de preenchimento do SIOPE.

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE coleta informações sobre a despesa de Estados e Municípios com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE). O prazo geralmente finaliza em 30 de abril.

RAIS – RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

Fiquem atentos ao prazo de entrega da RAIS 2017 referente ao ano-base de 2016.



DIRF – DIRF - DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

A DIRF 2017, relativa ao ano-calendário de 2016, deverá ser apresentada até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, de **15 de fevereiro de 2017**. PRAZO SUJEITO A ALTERAÇÕES.

02/01	<u>CAGED UTILIZANDO CERTIFICADO DIGITAL VÁLIDO PADRÃO ICP BRASIL.</u> Todos os estabelecimentos ou arquivos que possuírem 20 ou mais trabalhadores no 1º dia do mês deverão transmitir a declaração CAGED utilizando um certificado digital válido padrão ICP Brasil. A obrigatoriedade também inclui os órgãos da Administração Pública.	Ministério do Trabalho
05/01	Análise de opções de empresa em início de atividade.	Res. CGSN 94/2011.
05/01	<u>Simple Nacional</u> Último dia para que o órgão tributário do Município comunique à Receita Federal do Brasil (RFB) a regularidade das inscrições disponibilizadas no período de 20 a 31/12/2016, por meio do Portal do Simple Nacional.	Art. 7º, § 3º, III, "a" Resolução CGSN nº 4/2007
06/01	<u>GFIP-FGTS</u> Último dia para depósito relativo à remuneração de dezembro/2016 .	GFIP Eletrônica
06/01	<u>CAGED</u> Último dia para envio ao Ministério do Trabalho e Emprego a relação de admissões e desligamentos ocorridos em dezembro/2016 . Somente para os servidores regidos pela CLT.	CAGED Eletrônico
06/01	<u>Resumos de Contratos e seus Aditivos</u> Último dia para publicação na página de Contas Públicas referentes aos assinados em dezembro/2016 .	Art. 2º, XX IN TCU nº 28/99



06/01	<p>COMPREV – Recolhimento efetuado por RPPS – código 7307 – competência dezembro/2016. Recolhimento efetuado por RPPS – Estoque – código 7315 – competência dezembro/2016.</p>	
10/01	<p>Alvarás e Habite-se concedidos Último dia para enviar ao INSS a relação de todos os alvarás concedidos para construção civil e documentos de “habite-se” no mês de dezembro de 2016. OBS: O envio dos dados pode ser feito mediante o programa SisobraPref, desenvolvido pela SRP (Secretaria de Receita Previdenciária).</p>	<p>Art. 226 Dec. INSS nº 3.048/99</p>
10/01	<p>Envio da GPS ao Sindicato Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia da GPS relativa à competência dezembro/2016.</p>	<p>Art. 225, V e § 18 Decreto nº 3.048/99</p>
10/01	<p>Repasse à Conta da Educação Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 21 a 31 de dezembro/2016.</p>	<p>Art. 1º, § 6º IN TCEMG nº 13/2008</p>
10/01	<p>Repasse à Conta da Saúde Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 21 a 31 de dezembro /2016.</p>	<p>Art. 2º, § 1º, III IN TCE-MG nº 19/2008</p>
10/01	<p>Preparação da Documentação Verificação, pelo Controle Interno, da realização dessas atividades para exame de contas do TCEMG, referentes ao mês de dezembro /2016. (Prazo sugerido)</p>	<p>Arts. 6º e 7º, IN TCEMG nº 08/2003</p>
13/01	<p>Informações FISCAP – Fiscalização de Atos de Pessoal – TCE/MG do mês de dezembro de 2016 Último dia para a autoridade administrativa encaminhar ao TCEMG, por meio do FISCAP, para fins de registro ou averbação, as informações sobre: concessão dos benefícios de aposentadoria, reforma, pensão, complementação de proventos de aposentadoria e de pensão e cancelamento de ato concessório, relativas ao mês de dezembro de 2016.</p>	<p>Art. 3º, IN TCEMG nº 03/2011</p>
13/01	<p>Realização de controle de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário), bem com o registro e emissão dos respectivos decretos.</p>	<p>Arts. 40 a 46 da Lei n.º 4.320/64</p>



13/01	Balancetes Orçamentário e Financeiro da Câmara Envio pela Câmara à contabilidade da Prefeitura, referente ao mês de dezembro /2016 , para fins de consolidação das informações contábeis. (Prazo sugerido)	Art. 3º, § 2º, I IN TCEMG nº 08/2003
13/01	Documentação de Obras e Serviços de Engenharia: Verificação, pelo Controle Interno, do arquivamento individualizado dos documentos das obras e serviços de engenharia iniciadas em dezembro /2016. (Prazo sugerido)	Art. 3º IN TCEMG nº 09/2003
13/01	Simples Nacional Último dia para que o órgão tributário do Município comunique à Receita Federal do Brasil (RFB) a regularidade das inscrições disponibilizadas no período de 1º a 09/01/2017 , por meio do Portal do Simples Nacional.	Art. 7º, § 3º, III, "b" Resolução CGSN nº 04/2007
13/01	DARF referente a COFINS, CSLL e PIS/PASEP – Retenção na Fonte Último dia para recolhimento das contribuições retidas de pessoas jurídicas no período de 16 a 30/12/2016 (SE O MUNICÍPIO FIRMOU CONVÊNIO COM A UNIÃO).	Arts. 30 a 35 Lei nº 10.833/2003
13/01	Art. 12. Os consórcios públicos encaminharão aos Poderes Executivos de cada ente da Federação consorciado as informações necessárias à elaboração dos demonstrativos referidos no artigo anterior até quinze dias após o encerramento do período de referência , salvo prazo diverso estabelecido por legislação específica de cada ente consorciado.	Lei Federal n. 11.107/2005 art. 8º § 4º e art. 12 da Portaria nº 274/2017 da STN
13/01	Análise de opções de empresa em início de atividade.	Res. CGSN 94/2011.
13/01	Limite de Repasse ao Poder Legislativo Apuração pela Contabilidade do Poder Executivo do limite de repasse ao Poder Legislativo para o ano de 2016, observando o disposto no art. 29-A da Constituição Federal e as consultas do TCE-MG n. 728.536, 735.393 e 741.957. (Prazo sugerido)	Art. 29-A da Constituição Federal
20/01	Repasse à Conta da Saúde Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 1º a 10 de janeiro de 2017 .	Art. 2º, § 1º, I IN TCE-MG nº 19/2008



20/01	<u>Repasse à Câmara</u> Último dia para repasse ao Legislativo dos valores referentes ao mês de janeiro de 2017 .	Art. 29-A, § 2º, II CF/88
20/01	<u>Repasse à Conta da Educação</u> Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 1º a 10 de janeiro de 2017 .	Art. 1º, § 6º, I IN TCE-MG nº 13/2008
20/01	<u>Preenchimento dos anexos I a IX</u> Verificação, pelo Controle Interno, referentes ao mês de dezembro /2016. (Prazo sugerido)	Art. 7º, IN TCEMG nº 08/2003
20/01	<u>Extratos de contratos e seus aditivos oriundos de Processo Licitatório</u> Último dia para publicação na imprensa oficial referente àqueles assinados durante o mês de dezembro /2016 .	Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/1993
20/01	<u>Recolhimento das Contribuições devidas ao INSS</u> Último dia para arrecadação das contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração relativas ao mês de dezembro /2016 .	Art. 30 Lei nº 8.212/1991
20/01	<u>INSS</u> Último dia para recolhimento sem multa e sem juros das contribuições previdenciárias relativas a dezembro /2016 , devidas pelas empresas, inclusive da retida sobre cessão de mão-de-obra (11%). Não havendo expediente bancário, prorrogar o pagamento para o dia útil seguinte.	GPS Eletrônica
20/01	<u>DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais</u> Deverão apresentar a DCTF referente ao mês de dezembro/2016 . As autarquias e fundações da administração pública dos Municípios e os órgãos públicos dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios, desde que se constituam em unidades gestoras de orçamento.	Arts. 2º e 5º IN RFB nº 974/2009
25/01	<u>PASEP</u> Contribuição referente ao mês de dezembro/2016 ; alíquota 1% e código de recolhimento 3703. Não havendo expediente bancário, antecipar o pagamento.	DARF 2 vias



25/01	<p><u>Simples Nacional</u> Último dia para que o órgão tributário do Município comunique à Receita Federal do Brasil (RFB) a regularidade das inscrições disponibilizadas no período de 10 a 19/01/2017, por meio do Portal do Simples Nacional.</p>	Art. 7º, § 3º, III, "c" Resolução CGSN nº 04/2007 e Res. CGSN n. 94/2011.
30/01	<p><u>GFIP-FGTS</u> Último dia para depósito relativo à remuneração da competência 13 – período 01/01/2016 a 31/12/2016.</p>	GFIP Eletrônica
30/01	<p><u>DILVULGAR NO SIOPS INFORMAÇÕES DO PERÍODO NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2016</u> Divulgar no SIOPS as informações relativas ao cumprimento da EC 29/2000 do período novembro-dezembro de 2016</p>	LC 141/2012 c/c art. 52 da LRF.
30/01	<p><u>DARF referente a COFINS, CSLL e PIS/PASEP – Retenção na Fonte</u> Último dia para recolhimento das contribuições retidas de pessoas jurídicas no período de 01 a 15/01/2017 (SE O MUNICÍPIO FIRMOU CONVÊNIO COM A UNIÃO).</p>	Arts. 30 a 35 Lei nº 10.833/2003
30/01	<p>Encaminhar ao Ministério da Previdência os Demonstrativos Previdenciários, de Investimentos e Disponibilidades Financeiras; comprovantes dos repasses e recolhimento e das contribuições do ente e dos servidores para o fundo ao RPPS; dos valores das contribuições e do aporte de recursos e débitos de parcelamento ao RPPS de novembro/dezembro de 2016.</p>	Art. 14 Portaria MPAS 4.992/1999 e Portaria 204/2008.
30/01	<p><u>Repasse à Conta da Saúde</u> Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 11 a 20 de janeiro de 2017.</p>	Art. 2º, § 1º, II IN TCEMG nº 19/2008
30/01	<p><u>Repasse à Conta da Educação</u> Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 11 a 20 de janeiro de 2017.</p>	Art. 1º, § 6º, II IN TCEMG nº 13/2008



AMVAP

30/01	<p><u>Relatório Mensal do Controle Interno</u> Emissão deverá conter os resultados dos acompanhamentos, a avaliação dos controles existentes e as medidas adotadas referentes ao mês de dezembro /2016 (Prazo sugerido).</p>	Art. 5º, XII, IN TCEMG nº 08/2003
30/01	<p><u>Tributos arrecadados no mês de novembro/2016:</u> Último dia para publicação na página de Contas Públicas</p>	Art. 2º, I IN TCU nº 28/99
30/01	<p><u>Compras mensais realizadas em novembro/2016:</u> Último dia para publicação na página de Contas Públicas</p>	Art. 2º, XXIV IN TCU nº 28/99
30/01	<p><u>Relatório das Despesas com o FUNDEB e Educação</u> Último dia para elaboração referente ao mês de dezembro /2016, contendo nº do empenho, data da emissão, valor, favorecido, valor liquidado e pago, data do pagamento, saldo a pagar e nº do processo licitatório das despesas custeadas com recursos do FUNDEB e com recursos próprios. (Prazo sugerido)</p>	Art. 15, § 1º, I IN TCEMG nº 13/2008
30/01	<p><u>Repasse de informações sobre CRAS E CREAS para o MDS</u> Último dia de prazo para os municípios preencherem sistema SUAS do MDS sobre os atendimentos do CRAS e CREAS relativo ao mês de referência dezembro /2016.</p>	Res. 4, de 24/05/2011 – CIT SNAS.
30/01	<p><u>Municípios com mais de 50.000 hab</u> BALANCETES DO MÊS DE DEZEMBRO/2016, DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS – ENCAMINHAMENTO À CÂMARA MUNICIPAL</p>	ART. 49 DA LRF
30/01	<p><u>Simples Nacional</u> Último dia para que a ME ou a EPP, já em atividade, faça sua opção para o exercício de 2017 por meio do Portal Simples Nacional (www.receita.fazenda.gov.br).</p>	Art. 7º, Resolução CGSN n. 4/2007

30/01	<p><u>Programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso:</u> Último dia para estabelecimento da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, por meio de decreto, em conformidade com a LOA e LDO para o exercício financeiro de 2017.</p>	Art. 8º da LC n. 101/2000
30/01	<p><u>Metas bimestrais de arrecadação:</u> Último dia para desdobramento das receitas previstas, indicando, se for o caso, medidas de combate a evasão e sonegação.</p>	Art. 13 da LRF
30/01	<p><u>Relatório de Gestão Fiscal</u> Último dia para publicação referente ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3º quadrimestre de 2016 para Municípios com mais de 50 mil habitantes • 2º semestre de 2016 para Municípios com menos de 50 mil habitantes. 	Art. 55, § 2º LRF Art. 63, II, b LRF Art. 4º, § 2º da IN TCE-MG n. 12/2008
30/01	<p><u>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</u> Último dia para publicação referente ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6º bimestre/2016 se Municípios com mais de 50 mil habitantes • 2º semestre/2016 se municípios com menos de 50 mil habitantes. 	Art. 8º, § 2º da IN TCE-MG n. 12/2008
30/01	<p><u>Último dia para envio do relatório RAP – Relatório Anual de Pessoa ao TCE MG por meio eletrônico.</u> Para fins de apreciação da legalidade e registro dos atos de admissão e das despesas com pessoal, a qualquer título, os Poderes, os Órgãos e Entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado e dos Municípios deverão encaminhar ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, Relatório Anual de Pessoal (RAP), relativo às informações de 2015.</p>	IN 5/2007 e IN 4/2008 – TCE MG

PRAZOS IMPORTANTES:

- 1) Prazos dispostos nesta agenda estão sujeitos às alterações contidas na aprovação de atos normativos.
- 2) CNM alerta: cronograma do Censo Escolar 2014 e informações para 2015 sofreu alterações
- 3) **VAF - LEI Nº 18.030, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009.**



Art. 13 As publicações de índices previstas nesta Lei apresentarão os dados constitutivos e os percentuais para cada critério.

[...] § 2º A Fundação João Pinheiro fará publicar:

I - **até o último dia de cada mês**, os índices de que tratam os incisos I a XVIII do art. 1º, bem como a consolidação destes por Município, para vigorarem no mês subsequente;

II - o resultado das impugnações relativas aos critérios previstos nos incisos I a XVIII do art. 1º, no prazo de quinze dias contados do último dia para seu recebimento.

**** **NOVO******

OBS: Para efeito de entrega das parcelas (ICMS) de um determinado ano, o Estado fará publicar, no seu órgão oficial, até o dia 30/06 do ano da apuração do VAF, o valor adicionado em cada município.

4) Comunicado SIAF

Está vigente o Protocolo ICMS nº 42/2009 que, **a partir de 01/10/2011**, determina que a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, só poderá receber mercadoria ou bem acobertado por NF-e, modelo 55. Fica vedado o acobertamento de vendas por Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A. Ressalta-se que para as prestações de serviço os contribuintes deverão continuar a emitir o documento próprio. A NF-e só substitui a NF modelo 1 ou 1-A, a qual deve ser emitida para venda de mercadorias.

Cabe à Administração Pública, para verificação da validade jurídica de Nota Fiscal Eletrônica, adotar os procedimentos previstos na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 4.245, publicada no "Minas Gerais" de 31/08/2010 e também no sítio da SEF-MG na internet.

Acesse:

http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/resolucoes/2010/rr4245_2010.htm

5) Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

- Vigente desde o dia **16/05/2012**;
- Garante ao cidadão o direito de Acesso à Informação (ex: documentos, arquivos, estatísticas etc.) sob a guarda de órgãos e entidades públicas, **EXCETO** para informações tidas como **SIGILOSAS** (regulamentadas pelo próprio Município);
- **Entidades Privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos** também estão sujeitas à Lei;
- Informação repassada de forma **transparente e objetiva**;



- Dados técnicos traduzidos na **linguagem do dia a dia**;
- Conteúdo **acessível a pessoas com deficiência**;
- Informação repassada em **todos os meios de divulgação** disponíveis;
- Dentre outras obrigações.

UMA CAMPANHA PELA VIDA
FAÇA UMA DOAÇÃO AO HOSPITAL DO CÂNCER EM UBERLÂNDIA – MG
Informações: 0800-342062

CONTATOS NA AMVAP:

Telefone: (34) 3213-2433

Sítio na Internet: www.amvapmg.org.br

E-mail: amvap@amvapmg.org.br

SECRETARIA EXECUTIVA:

Maria: maria@amvapmg.org.br

RECEPÇÃO:

Darciane: darciane@amvapmg.org.br

COMPRAS E LICITAÇÃO

Erondina: erondina@amvapmg.org.br

ASSESSORIA JURÍDICA E EM GESTÃO PÚBLICA:

Alexandre: alexandre@amvapmg.org.br

Alexandro: alexandro@amvapmg.org.br

ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

Moisés: moises@amvapmg.org.br

Joice: joice@amvapmg.org.br

ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Vimar: vimar@amvapmg.org.br

Hélio: helio@amvapmg.org.br

CIS/AMVAP e CIS/PONTAL

Rosângela: rosangela@amvapmg.org.br

agendaexames@amvapmg.org.br

CIDES – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Secretaria Executiva: executivo.cides@gmail.com e cides@cides.com.br



AMVAP

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRORREGIÃO DO TRIÂNGULO NORTE – CISTRI

Secretaria Executiva: dayanafonseca@uberlandia.mg.gov.br



AMVAP

AGP – Assessoria em Gestão Pública